

Doutrina

ORDENAMENTO JURÍDICO

Fernando Rister de Sousa Lima

A LUTA PELA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO (EFETIVAÇÃO DO ART. 5.º, LXXVIII, DA CF/1988)

Sérgio Massaru Takoi

CONSTITUIÇÃO E ESTADO DE DIREITO: refletindo sobre a teoria da corrupção, de John Patrick Dobel

Maria Garcia

LIMITES À PUBLICIDADE COMERCIAL E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Vidal Serrano Nunes Júnior e Daniela Batalha Trettel

A LEGITIMAÇÃO ATIVA NO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO E A LEI 12.016/2009

Marta Maria Gomes Silva e Lucas de Souza Lehfeld

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS NO BRASIL

Marlon Tomazette

LA REVISIÓN DE LOS ABUSOS DE DERECHO EN EL DERECHO PÚBLICO Y LA JUSTICIABILIDAD DE LAS DESVIACIONES DE PODER

Jorge Reinaldo Vanossi

DIGNIDADE: o mais antigo valor da humanidade. os mitos em torno da declaração universal dos direitos do homem e da constituição brasileira de 1988. as ilusões do pós-modernismo/pós-positivismo. a visão judaica

Jacob Dolinger

O SENADO FEDERAL E O CONTROLE DIFUSO DA CONSTITUCIONALIDADE - A COMPETÊNCIA DO SENADO FEDERAL EM SUSPENDER A EFICÁCIA, COM EFEITOS ERGA

OMNES, DE LEI JULGADA INCONSTITUCIONAL EM DEFINITIVO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ricardo Bernd Glasenapp

NOTA INTRODUTÓRIA AO RELATÓRIO SOBRE A CONFORMIDADE DO ARCABOUÇO INSTITUCIONAL E DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA À CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO, ADOTADA PELOS ESTADOS-MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA

Carolina Mota

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Ensino superior - Universidade privada - Norma constitucional estadual que sujeita entidades privadas de ensino superior à supervisão pedagógica de conselho estadual de educação, no que tange à autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos - Inconstitucionalidade - Cursos superiores mantidos ou administrados por pessoas jurídicas de direito privado que estão sujeitos ao Sistema Federal de Ensino - Invasão da competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação - Violação ao disposto no art. 22, XXIV, da CF/1988.
